

Dólares do FMI, só com aprovação da nova lei salarial.



O ministro Galvêas recebeu essa advertência do gerente do Fundo, Jacques de Larosière: a lei deve estar aprovada até 18 de novembro. E é isso que ele deseja que os políticos entendam.

O governo Figueiredo já recebeu o ultimato do FMI: se não conseguir que o Congresso aprove o Decreto-Lei nº 2.064 até o dia 18 de novembro, não receberá mais um único dólar, e portanto não terá recursos para fechar o balanço de pagamentos este ano. Diante dessa possibilidade, os ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas voltam a depositar esperanças nos chamados "países amigos", isto é, acreditam que os Estados Unidos intervirão junto ao Fundo Monetário Internacional para evitar uma desestabilização política, que poderia ter reflexos nos vizinhos latino-americanos.

Segundo qualificada fonte da área econômica, "nós podemos ter ainda a esperança de que os Estados Unidos usem sua influência de forma a nos trazer benefícios".

O ultimato do FMI foi dado ao ministro Ernane Galvêas pelo próprio diretor-executivo do Fundo, Jacques de Larosière, ao final de uma conversa telefônica de 40 minutos, ocorrida na tarde da quarta-feira passada. Galvêas tomou a iniciativa de ligar para Larosière, diante da constatação de que o Decreto-Lei nº 2.045, também de achatamento salarial, não seria aprovado pelos parlamentares.

Pelo que soube, o ministro desligou o telefone aborrecido. Em seguida, foi ao Palácio do Planalto relatar a conversa a Delfim Neto, a quem comunicou ainda a intenção de renunciar ao cargo. Delfim levou cerca de 30 minutos para persuadir Galvêas a mudar de idéia. Aparentemente, o principal argumento de Delfim foi que o PDS fecharia questão sobre a matéria. Além disso, ele redobraría as pressões sobre os partidos oposicionistas, incluindo os governadores (que dependem de verbas federais para administrar seus Estados). O único a não ser contactado por Delfim foi o governador Franco Montoro.

Uma fonte do governo admitiu que o FMI se tornou praticamente

inflexível em suas exigências, depois da constatação de que eram fictícias as promessas feitas pela equipe econômica na primeira e segunda cartas de intenções apresentadas ao Fundo. Por isto, estaria exigindo a aprovação do Congresso para o 2.064, como uma espécie de aval de que o arrocho salarial será efetivamente realizado.

Seja como for, o governo continuará exercendo todas as pressões possíveis para arrancar do Congresso a aprovação do 2.064, seja através do "estado de emergência" no Distrito Federal, comandado pelo general Newton Cruz, seja por advertências diretas a parlamentares. "O Planalto — diz uma fonte — não reservará tratamento que se possa qualificar de carinhoso" aos parlamentares que divergem de suas diretrizes. Alguns dissidentes do PDS "já tomaram um caminho sem volta".

Para o ministro da Fazenda, a classe política precisa entender a real situação conjuntural do País. O programa de ajuste interno, que possibilitará, segundo ele, o equilíbrio do balanço de pagamentos e a retomada do crescimento econômico, só poderá ter pleno êxito com a adoção de uma política salarial que permita a quebra da espiral inflacionária.

O problema, conforme Galvêas, é que boa parte dos políticos está se equivocando na defesa dos trabalhadores, "pensando apenas nos assalariados, os já empregados, e se esquecem de outras duas categorias: os desempregados e os que estão entrando no mercado de trabalho". Neste sentido, o 2.064 é muito importante justamente porque permitirá que não haja aumento do desemprego e garantirá, dentro de poucos meses, que a inflação caia realmente, e com isso os reajustes salariais se tornarão reais.

Galvêas diz que a sociedade deve acreditar no governo, porque isso é essencial para que o programa de ajuste tenha êxito.